

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO ITAPECERICA - MG**

**REF.: RECURSO EM FACE DO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025**

A empresa **B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.179.851/0001-16, devidamente credenciada na licitação em epígrafe, vem apresentar suas razões recursais, com base no item 11.1 do Edital, combinado com o artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

Ao analisar os atos do processo licitatório em questão, identificam-se irregularidades que comprometem a legalidade e a isonomia do certame. Destaca-se, em especial, a irregular desclassificação da proposta desta Recorrente que carece de reforma, bem como a habilitação da empresa FIND SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA, conforme será demonstrado.

2. DAS RAZÕES DA SOLICITAÇÃO

A) DA INDEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA RECORRENTE

Constata-se que a proposta apresentada pela B2G foi desclassificada do certame, sob o fundamento de que a disputa se deu em grupo único, razão pela qual a proposta da licitante deveria abranger a totalidade dos itens previstos no edital.

Data	Valor	CNPJ	Situação
30/12/2025 - 16:11:57	50.000,00 (proposta)	38.179.851/0001-16 - B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA	Cancelado - A presente proposta não segue o delimitado no Edital: 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 18 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Ocorre, entretanto, que a Recorrente apresentou sua proposta especificamente para o item 12, em estrita observância às diretrizes estabelecidas no próprio edital e às informações disponibilizadas no portal eletrônico. Inicialmente, destaca-se que o instrumento convocatório não consignou, de forma expressa, que a disputa se daria por lote ou grupo único, sendo que, inclusive, a organização dos itens no Termo de Referência conduz à interpretação de que a disputa ocorreria de forma individualizada por item.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	NOVA SERRANA	PERDIGÃO	QUANTIDADE TOTAL
01	Licença de uso e suporte do aplicativo mobile e web.	Mensal	12	12	24
02	Treinamento e implantação.	Unidade	1	1	2
03	Gerenciamentos de processo governamentais.	Mensal	12	12	24
04	Canal de autoatendimento com emulação humana e chatbot.	Mensal	12	1	13
05	Serviços por canal de autoatendimento.	Mensal	120	96	216
06	Gestão de vagas de estacionamento.	Mensal	12	0	12
07	Hora analista para desenvolvimento/ customização.	Horas	960	0	960
08	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada até 10.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
09	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 10.001a 30.000 habitantes.	Mensal	0	12	12
10	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 30.001a 70.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
11	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 70.001a 100.000 habitantes.	Mensal	0	0	0

12	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 100.001 a 350.000 habitantes.	Mensal	12	0	12
13	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde dos Municípios com população estimada até 10.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
14	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde - Municípios com população estimada entre 10.001 a 30.000 habitantes.	Mensal	0	12	12
15	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 30.001 a 70.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
16	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 70.001 a 100.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
17	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 100.001 a 350.000 habitantes.	Mensal	12	0	12
18	Locação de equipamentos - Totem autoatendimento com monitor touchscreen.	Mensal	120	24	144

Cumpra salientar, que é prática consolidada que, quando o edital prevê o cadastramento de propostas por lote ou grupo, tal condição deva estar expressamente prevista no edital, com a devida indicação no Termo de Referência, de modo a assegurar clareza e transparência quanto à forma de disputa, inclusive mediante a identificação explícita dessa condição junto à descrição dos itens, também disposta no portal.

Ressalta-se a redação do edital:

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.0. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.0.1 O licitante deverá informar, para cada item, o valor unitário conforme sua unidade de medida (mensal, unidade, hora, etc.) e o valor total correspondente ao quantitativo estimado constante no Termo de Referência.

Veja-se que a redação do edital é clara ao estabelecer que o preenchimento da proposta deveria ocorrer por item, inexistindo qualquer menção à obrigatoriedade de apresentação de proposta abrangendo a totalidade dos itens como condição para participação.

Na prática usual dos pregões eletrônicos, quando o edital determina o cadastramento por item e não informa que a disputa se dará por lote ou grupo único, presume-se que a disputa ocorrerá de forma individualizada, razão pela qual a Recorrente procedeu corretamente ao apresentar proposta apenas para o item de seu interesse.

Corroborar tal entendimento a própria estruturação do certame no Portal de Compras Públicas, onde o processo foi cadastrado com 12 (doze) itens individualizados, e não como lote ou grupo único, em consonância com a lógica estabelecida no edital e no Termo de Referência.

Diante desse cenário, verifica-se que a inconsistência identificada decorre de equívoco no cadastramento do processo pela própria Administração, circunstância que não pode ser imputada às licitantes participantes. Assim, requer-se a revisão das informações do certame e, caso assim entenda essa Comissão, inclusive o cancelamento do procedimento licitatório, a fim de evitar prejuízos às empresas decorrentes de erro atribuível à Administração.

Nessa perspectiva, a desclassificação automática e imediata da proposta revela-se medida desarrazoada e desproporcional, além de contrariar os princípios que norteiam a Lei nº 14.133/2021, notadamente o julgamento objetivo, a busca pelo esclarecimento das propostas e a promoção da ampla competitividade.

Diante do exposto, requer-se a reclassificação da proposta apresentada pela Recorrente, reconhecendo-se que a proposta apresentada por esta empresa seguiu as diretrizes disciplinadas no instrumento convocatório, devendo, portanto, a licitante prosseguir regularmente no certame.

Por fim, constatada a inexistência de fundamentos jurídicos e técnicos aptos a sustentar a manutenção da decisão de desclassificação, requer-se a reclassificação da B2G, uma vez que a proposta apresentada atende integralmente ao edital.

B) DO EQUIPAMENTO OFERTADO PELA RECORRIDA – AUSÊNCIA DE CATÁLOGO

Compulsando os documentos de habilitação apresentados pela empresa concorrente, verificamos que não há catálogo, manual, prospecto ou ficha técnica do equipamento ofertado para o item 12 – Locação de Totem de

Autoatendimento. As informações disponibilizadas pela Recorrida não permitem averiguar se o equipamento ofertado atende ao termo de referência ou não.

Referida ausência de especificações detalhadas sobre o equipamento impede a análise sobre a aderência do produto ofertado aos requisitos técnicos do termo de referência. Da mesma forma, não poderá a Administração avaliar se o equipamento da Recorrida se enquadra nas especificações técnicas do produto que pretende contratar, restando o julgamento da análise do equipamento da empresa prejudicado.

Ora, o catálogo é um documento essencial porque contém informações específicas sobre características, funcionalidades e especificações dos itens ofertados, permitindo à Administração avaliar objetivamente a aderência das propostas ao objeto licitado.

Ainda que sua apresentação não seja expressamente obrigatória, havendo indícios de que o equipamento ofertado não cumpre com os requisitos técnicos estabelecidos no termo de referência, torna-se prudente que a Administração faça uso desta faculdade legal e solicite o manual técnico, datasheet ou folder do produto para averiguação de conformidade.

A conformidade técnica não pode ser presumida com base em descrições genéricas, devendo ser comprovada por documentação oficial e inequívoca. Assim, até que essa comprovação seja apresentada, o item deve ser considerado não conforme com as especificações editalícias.

Sem esse documento, torna-se impossível verificar, com precisão, se o produto atende aos requisitos estabelecidos no edital, abrindo margem para o risco de contratação de item inadequado, de qualidade inferior ou que não corresponda às necessidades administrativas. Além disso, a falta de catálogos impede a igualdade de condições entre os participantes, na medida em que dificulta a análise técnica e pode favorecer propostas que, embora mais baratas, não cumprem integralmente as exigências.

Diante disso, considerando que a habilitação no processo licitatório exige o atendimento integral de todos os requisitos técnicos estabelecidos, entendemos que o equipamento ofertado **não cumpre as especificações mínimas**, configurando-se como **inferior ao especificado** e, portanto, **inapto a participar do certame**.

Destaca-se que a ausência das especificações apontadas inviabiliza a verificação objetiva do atendimento aos requisitos técnicos previstos no edital, que exigem informações completas e comprováveis sobre o desempenho do equipamento. Assim, enquanto não houver comprovação documental oficial, não pode o equipamento da Recorrida ser julgado conforme.

Verifica-se que, em diversos certames, tornou-se prática recorrente a simples transcrição do descritivo técnico editalício nas propostas, sem que haja a correspondente comprovação documental do produto ofertado. Tal conduta

compromete a transparência e a objetividade na análise de conformidade.

Ora, a aceitação, pela Administração Pública, de equipamentos que não atendem plenamente às especificações previstas no edital pode gerar uma série de prejuízos operacionais e financeiros. Em primeiro lugar, equipamentos fora do padrão podem exigir adaptações inesperadas — tanto técnicas quanto de infraestrutura — que não estavam previstas no planejamento, ocasionando atrasos e custos adicionais.

Ademais, a falta de conformidade com as exigências do edital pode resultar na impossibilidade de suporte técnico adequado, já que fornecedores e equipes internas podem não estar preparados para atender dispositivos fora do escopo contratado, aumentando a vulnerabilidade do serviço público e reduzindo sua eficiência.

Diante do exposto, conclui-se que a proposta apresentada pela Recorrida não atende aos requisitos mínimos do edital. Assim, recomenda-se sua desclassificação, por impossibilitar a análise de conformidade e expor a Administração a riscos significativos de fornecimento de equipamento inadequado.

3. DO DIREITO

As regras editalícias são fundamentadas com base nas leis estabelecidas no ato convocatório, portanto, a Lei nº 14.133/21.

Cientes de tal fato, é importante trazer o que se determina a Lei nº 14.133/21, que configura o processo licitatório como meio que visa a proposta mais vantajosa para a Administração Pública observando estritamente a vinculação ao instrumento convocatório e os princípios básicos da licitação, dispostos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, com destaque para o princípio da legalidade, da impessoalidade, moralidade e publicidade.

Tais princípios são essenciais e intrínsecos à execução do procedimento licitatório. A restrição ou falta de zelo no cumprimento dos deveres por eles instituídos caracterizam vícios na condução do processo e nos atos emitidos pela Administração.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, acerca da legalidade. vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa,

da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ademais, o referido princípio ratifica que os atos/procedimentos administrativos devem ser realizados e conduzidos em perfeita consonância aos dispositivos legais por ele abrangidos, em conformidade com a Lei.

De forma similar, encontramos a isonomia processual, que nada mais confere que um tratamento igualitário frente às licitantes interessadas na oportunidade, um instrumento regulador das normas e sua aplicabilidade. A Administração tem o DEVER de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma editalício, não podendo, esquivar-se das regras estabelecidas.

Diante do exposto, não resta melhor alternativa para a Administração além da desclassificação da empresa Recorrida e reclassificação da Recorrente, pelos argumentos expostos.

4. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto requer a Recorrente:

- a)** Diante do exposto, requer seja **anulado o ato de desclassificação**, com a imediata **reclassificação** da licitante e continuidade do julgamento, por ser medida que atende ao interesse público e às normas que regem as licitações.
- b)** A desclassificação da proposta da empresa Recorrida, por ausência de catálogo e demais informações do equipamento ofertado para o item 12, o que compromete a análise da aderência aos requisitos técnicos do edital.
- c)** Que, em caráter subsidiário, caso a Administração entenda necessário, seja exigida a apresentação de documentação complementar ou amostra física do equipamento, de modo a comprovar inequivocamente o atendimento a todos os requisitos mandatórios do edital.
- d)** Que todas as decisões sejam tomadas em consonância com os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital e seleção da proposta mais vantajosa, resguardando a economicidade e a segurança da contratação.

Termos em que pede deferimento.

Colombo, 08 de janeiro de 2025.

Liliane Fernanda Ferreira

B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA

CNPJ: 38.179.851/0001-16

LILIANE FERNANDA FERREIRA

CPF: 079.711.079-86 / RG: 10.748.430-2